



RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO E DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, RS - EXERCÍCIO DE 2017

Na qualidade de responsáveis pela Unidade de Controle Interno do Município de Santo Antônio da Patrulha, RS, vimos apresentar **Relatório e Parecer sobre as contas de Governo do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2017**, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea b) do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1052/2015, de 09 de dezembro de 2015.

Destaca-se inicialmente que a Unidade de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 3.646/2000, de 28 de Dezembro de 2000, e suas alterações, e regulamentado pelo Decreto Executivo 9.684/2001, de 20 de Agosto de 2001.

O Sistema de Controle Interno desenvolveu suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais. Basicamente o Sistema atuou através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas através de relatórios, visando sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas.

Durante o exercício de 2017, a Unidade de Controle Interno produziu os seguintes trabalhos:

- a) 73 Relatórios referentes a Auditorias, verificação da execução orçamentária, gastos com pessoal, gastos com saúde gastos com educação, verificação da movimentação financeira e Contábil da Fundação museu Antropológicos Caldas Júnior, Feasa, Agasa, acompanhamento dos gastos junto ao Hospital Municipal com Gestão Contratada com a Irmandade Santa casa de Misericórdia, além de verificação e acompanhamento de rotinas internas, levantamento e acompanhamento dos principais gastos do Município etc...;
- b) 21 Informações dirigidas aos gestores das pastas sobre assuntos variados referentes às rotinas internas de cada Secretaria, e demais assuntos relevantes a serem destacados.

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, cabem as seguintes considerações:



OPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Município realizou Operação de Crédito no exercício econômico e financeiro de 2017 na importância total de R\$ 1.897.200,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Noventa e Sete Mil e Duzentos Reais)

Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal, bem como no artigo 167, inciso III da Constituição Federal elaboramos o seguinte quadro demonstrativo:

Operações de Crédito	Valor	% s/RCL
Receita Corrente Líquida (RCL)	90.865.766,94	100%
Montante das Operações de Crédito	1.897.200,00	2,09%
Limite legal cfe art. 7º da Resolução 43/2001	13.084.670,00	14,40%
Limite de alerta cfe art. 59, § 1º, III da LRF	14.538.522,00	16,00%

Verifica-se pelo acima exposto que o Município atende ao disposto na Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O Município não realizou qualquer Operação de Crédito através de Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2017.

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2017 revela que o total de empenhos a pagar é de R\$ 4.954.039,10 sendo R\$ 4.682.339,10 de empenhos processados e de R\$ 271.700,07 de empenhos não processados. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2017 e respeitada as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

TOTAL RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA RECURSO LIVRE - 2017				
RECURSO	Descrição do Recurso	Resto a Pagar Processado	Disponibilid. Financeira	Saldo Financeiro
1	Recurso Próprio	2.441.702,70	823.425,84	-1.618.276,86
20	MDE - Manut. Desenv. Ensino	578.376,99	79.720,64	-498.656,35
40	ASPS - Ações Serv Público Saúde	967.529,90	49.167,60	-918.362,30
1003	FMAS - Fundo Municipal Assistência Social	77545,03	55.569,75	-21.975,28
	Valores Consignados (a recolher)			-1.563.669,54
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA				-4.620.940,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Verifica-se que no exercício de 2016 o Município apresentou em seu encerramento, uma insuficiência financeira nos Recursos Livre de R\$ 4.620.940,33 considerando os valores consignados a recolher no Passivo Circulante.

DESPESA COM PESSOAL

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

Receita Corrente Líquida (R C L) 2016	R\$ 90.865.766,94
Despesas com Pessoal Computáveis nos últimos 12 meses. (JAN a DEZ/2017)	R\$ 44.018.247,30 = 48,44% s/R C L
Limite de alerta cfe. art. 59, § 1º, II da LRF	R\$ 44.160.762,00 = 48,60% s/RCL
Limite prudencial cfe. art. 22, § único da LRF.	R\$ = 46.614.137,00 = 51,30% s/RCL
Limite legal cfe. art. 20, III, “b” da LRF.	R\$ 49.067.513,00 = 54,00% s/RCL

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal- RG Fiscal – Modelo 2

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal no exercício de 2017, ficou abaixo do limite de alerta conforme inciso II do § 1º do art.59 da Lei Complementar nº 101/2000, considerando a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

DÍVIDA CONSOLIDADA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2017 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Receita Corrente Líquida RCL	90.865.766,94
Disponibilidades Financeiras	
Obrigações Financeiras	
Dívida Consolidada	
(-) Deduções	
(=) Dívida Consolidada Líquida	0,00
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	98.135.027,00
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	109.038.920,00

Verifica-se que no Exercício Financeiro de 2017, o Município manteve seus limites atendendo as determinações da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.



ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício econômico e financeiro de 2017 houve alienação de bens integrantes do Ativo Permanente no valor de R\$ 159.300,00 (Cento e cinquenta e nove mil e trezentos reais), registrado no Grupo Receitas de Capital – 2.2.1.9.00.00.02.00 (Alienação de bens móveis adquiridos com recursos não vinculados), conforme demonstrativos contábeis.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2017, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excederam o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos especiais:

Despesa Fixada		124.182.200,00
Créditos Suplementares	13.376.245,00	
(-) Reduções	222.000,00	
Subtotal		13.154.244,70
Total da Despesa Autorizada		137.336.444,70

- Analizando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no artigo 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2017;
- Os gastos efetuados guardaram conformidade com a Lei Federal nº. 4.320/64 e Portarias Ministeriais;
- Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60 63 e 64 da Lei Federal nº. 4.320/64;
- As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente;
- No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal nº. 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro;
- Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício econômico e financeiro de 2017 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.



DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analizando os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2017, mediante a aplicação do seguinte teste:

Saldo anterior do ativo disponível (caixa e bancos)	87.350.091,34
(+) Receita orçamentária realizada	120.411.870,26
(+) Receita Extra- Orçamentária	23.130.614,82
(+) Transferências Recebidas Independentes	0,00
(-) Despesa orçamentária realizada (empenhada)	106.371.036,84
(-) Despesa Extra- Orçamentária	21.240.551,54
(-) Transferências Financeiras Concedidas	3.748.857,05
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/2017 (caixa e bancos)	99.532.130,99

Fonte : Anexo 13 –Lei 4320/64

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2017, conjugados com a movimentação da Receita, Variações, Despesa Orçamentária e Mutações. O resultado encontrado coincide com aquele constante no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, demonstrando a consistência das informações contábeis.

Variações Patrimoniais Aumentativas	134.557.752,60
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	146.795.789,13
(=) Superavit Patrimonial do Período	(-) 12.238.036,53

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.

Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo foi verificado mediante a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo Circulante	102.794.151,92
Ativo Não Circulante	63.886.217,61
TOTAL ATIVO	166.680.369,53
Passivo Circulante	11.210.294,45
Passivo Não Circulante	102.945.165,56
Passivo Real	114.155.460,01
Saldo Patrimonial	52.524.909,52
TOTAL PASSIVO	166.680.369,53

Obs: Tal informação coincide com o Saldo Patrimonial constante do Balanço Patrimonial, demonstrando a consistência das informações. Anexo 14

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO MUNICIPAL

A Administração Municipal disponibilizou na internet, em tempo real, as informações referentes à execução orçamentária em atendimento ao Art. 48ª da LC 101/2000 e alterações introduzidas pela LC 131/2009. Também foram publicados Bimestralmente e semestralmente os Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal no Mural do Município e na Internet, cumprindo os prazos fixados no Art. 55 da LC 101/2000.

Foram realizadas audiências públicas no Auditório da Câmara de Vereadores do Município, onde foi demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para os quadrimestres, em atendimento ao disposto no Art. 9º da LC 101/2000.

PARECER

A análise específica da Execução Orçamentária, com o detalhamento do Orçamento, Créditos Adicionais, análise da Receita e Despesa, confronto entre os valores realizados através da Receita e os dispêndios realizados através da Despesa pública, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial, da Dívida Pública, com o detalhamento da Dívida Fundada, Dívida Flutuante, da Demonstração das Variações Patrimoniais, com detalhamento das Variações, Mutações e a apuração do Resultado do Exercício, foram devidamente analisados através do Relatório apresentado pelo Chefe do Executivo Municipal, o qual é parte integrante do Balanço Geral do Exercício econômico e financeiro em análise.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária e patrimonial, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias, com ressalvas no que se refere a gestão financeira, onde constatou-se um desequilíbrio financeiro no exercício financeiro de 2017.



PARECER SOBRE AS CONTAS DE GESTÃO

Na qualidade de responsáveis pela Unidade de Controle Interno do Município de Santo Antônio da Patrulha, RS, vimos apresentar **Relatório e Parecer sobre as contas de Gestão do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2017**, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pelos Incisos II e IV do art. 3º da Resolução nº 1052/2015, de 09 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2017

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária anual nº 7.751 de 08 de Dezembro de 2016, estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, em **R\$ 78.134.000,00** (Setenta e oito milhões cento e trinta e quatro mil reais), visando a sua execução atinente a manutenção e desenvolvimento do ensino. Com base na sua realização e de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal e artigo 69 da Lei Federal nº 9.394/1996.

De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, caput do artigo 69 da Lei nº 9.394/96 e Lei Orgânica Municipal, o percentual a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (M.D.E.) é DE 25%, equivalente a **R\$ 19.533.500,00** (Dezenove milhões quinhentos e trinta e três mil e quinhentos reais) em relação à previsão da receita tributária e transferências governamentais, conforme demonstrado na tabela abaixo.

RECEITAS ORÇADAS NO EXERCÍCIO PARA CALCULOS DA EDUCAÇÃO		
ORÇAMENTO - 2017		
IMPOSTOS	RECEITA 100%	Destinado a Educação 25%
A. Próprios		
IPTU	4.000.000,00	1.000.000,00
ITBI	1.800.000,00	450.000,00
IRRF	1.495.000,00	373.750,00
ISS	8.600.000,00	2.150.000,00
Juros e Multas s/Impostos	154.000,00	38.500,00
Dívida ativa de impostos	6.605.000,00	1.651.250,00
Juros e Multas s/Dívida ativa	175.000,00	43.750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

		0,00
Sub-total (A)	22.829.000,00	5.707.250,00
B. Transferências		
FPM	24.900.000,00	6.225.000,00
ITR	305.000,00	76.250,00
IPI - Exp	400.000,00	100.000,00
Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir)	200.000,00	50.000,00
ICMS	24.000.000,00	6.000.000,00
IPVA	5.500.000,00	1.375.000,00
Sub-total(B)	55.305.000,00	13.826.250,00
C. Total (=A+B)	78.134.000,00	19.533.500,00

Fonte: Contadoria Municipal

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Analizados a execução orçamentária da receita, no tocante a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (quadro abaixo), o município arrecadou **R\$ 68.018.230,99** referente a Impostos, Transferências Constitucionais, e desse valor **25%** representa o montante de **R\$ 17.004.557,75** a ser aplicado, conforme demonstramos no quadro abaixo:

QUADRO DE RECEITA MUNICIPAIS RECEITAS ARRECADADAS PARA CALCULOS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2017			
IMPOSTOS	RECEITA 100%	FUNDEB	MDE
A. Próprios			
IPTU	3.913.752,80		978.438,20
ITBI	1.653.664,34		413.416,09
IRRF	2.056.461,12		514.115,28
ISS	7.194.676,94		1.798.669,24
Juros e Multas s/Impostos	424.242,82		106.060,71
Dívida ativa de impostos	2.626.627,46		656.656,87
			0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

			0,00
Sub-total (A)	17.869.425,48		4.467.356,37
B. Transferências			
FPM	22.631.804,05	4.526.360,81	1.131.590,20
ITR	535.761,20	107.152,24	26.788,06
IPI - Exp	338.021,54	67.604,31	16.901,08
Lei ComP 87/96 (Lei Kandir)	138.438,72	27.687,74	6.921,94
ICMS	22.359.264,74	4.471.852,95	1.117.963,24
IPVA	4.239.263,83	847.852,77	211.963,19
Sub-total(B)	50.242.554,08	10.048.510,82	2.512.127,70
DEDUÇÕES	-93.748,57		
C. Total (=A+B)	68.018.230,99	10.048.510,82	6.979.484,07
D. Mínimo a ser aplicado em MDE (= 25% de C)	17.004.557,75		
PLUS FUNDEB		7.434.018,41	
F. Mínimo total a ser aplicado em MDE (= D + E)			
RENDIMENTOS DEP. BANC. VINCULADA FUNDEB			
Salário Educação			
TOTAL GERAL	68.018.230,99	17.482.529,23	6.979.484,07

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

Considerando o disposto no § 2º do art. 21 da Lei Federal 11.494/2007, o Município deveria aplicar, no mínimo, 95% dos recursos do Fundeb, sendo que analisando o quadro abaixo, verifica-se que o Município investiu o percentual de 101,35% do total, cumprindo assim o que determina a legislação.

Verifica-se também que do total dos recursos aplicados no Fundeb, 78,04% desse valor foi utilizado na remuneração dos Profissionais da Educação, conforme determina Legislação e demonstro no quadro abaixo:



RESUMO GERAL - FUNDEB
MÊS: DEZEMBRO 2017

17.482.529,23

Despesas Liquidadas FUNDEB Folha de Pagamento – 60%	Valores Acumulados - Ano	% S/LIQUID.
Total Regentes - 60%	13.643.729,82	78,04%
Despesas com os 40%		
Total de Despesa de Custeio - 40%	4.074.289,00	23,30%
Total Geral FUNDEB	17.718.018,41	101,35%

Fonte: Contadoria do Município/RVE TCE/RS

PRESTAÇÃO DE CONTAS E ATUAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDEB:

Verificamos que, periodicamente, o Poder Executivo enviou ao Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB, todos os dados e informações sobre os recursos recebidos e sua utilização, sendo efetuadas revisões periódicas para a análise dos gastos, sendo essas revisões, registradas em atas e assinadas pelos membros.

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

TOTAL DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO DEZEMBRO	
(+) GASTOS COM FUNDEB	17.718.018,41
(+) GASTOS COM MDE	9.447.960,00
(-) DEDUÇÃO PLUS (FUNDEB)	7.434.018,41
(-) RENDIMENTOS FUNDEB	0,00
(=)TOTAL	19.731.960,15
RECEITA DO EXERCÍCIO	68.018.230,99
PERCENTUAL GASTOS C/EDUCAÇÃO	29,01%

Conforme quadro acima, ficou demonstrada a aplicação de um percentual de **29,01%** dos recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no exercício de 2017, cumprindo assim o que determinado o caput do Art. 212 da CF.



PARECER

Verificamos que o Poder Executivo Municipal está efetuando os depósitos bancários, cronologicamente, em conta específica, vinculado à manutenção e desenvolvimento do ensino, incidentes sobre as receitas fiscais vinculáveis à educação.

A movimentação orçamentária e financeira das despesas com educação, relativas ao exercício econômico e financeiro de 2017, foi efetuado de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis, e outros procedimentos julgados necessários.

Conforme determina o Artigo 212 da CF, o Município está investindo 29,01% de sus receitas tributárias e de transferências constitucionais na Manutenção e desenvolvimento da Educação, sendo que no exercício econômico e financeiro de 2017.

Em nossa opinião, os registros e documentos atinentes à aplicação de recursos em educação, traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador da Secretaria Municipal de Educação, razão pela qual se **emite parecer pela regularidade da gestão** dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino.



RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE A GESTÃO DOS
RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE EXERCÍCIO DE 2017

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária anual nº 7.751 de 08 de Dezembro de 2016, estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, para o exercício de 2017 em **R\$ 78.134.000,00** (Setenta e oito milhões cento e trinta e quatro mil reais), visando as ações e serviços públicos na saúde pública.

Com base na sua realização e de acordo com o artigo 198, § 2º, III da Constituição Federal, e considerando a Lei Orçamentária, o percentual a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde em 2017, deve ser no mínimo de 15%, equivalente a **R\$ 11.720.100,00** (Onze milhões setecentos e vinte mil e cem reais) em relação à receita arrecadada, conforme demonstra o quadro abaixo:

RECEITAS ARRECADADAS NO ANO PARA CALCULOS DA SAÚDE ORÇAMENTO - 2017		
IMPOSTOS	RECEITA 100%	ASPS
A. Próprios		
IPTU	4.000.000,00	600.000,00
ITBI	1.800.000,00	270.000,00
IRRF	1.495.000,00	224.250,00
ISS	8.600.000,00	1.290.000,00
Juros e Multas s/Impostos	154.000,00	23.100,00
Dívida ativa de impostos	6.605.000,00	990.750,00
Juros e Multas s/Dívida ativa	175.000,00	26.250,00
Sub-total (A)	22.829.000,00	3.424.350,00
B. Transferências		
FPM	24.900.000,00	3.735.000,00
ITR	305.000,00	45.750,00
IPI - Exp	400.000,00	60.000,00
Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir)	200.000,00	30.000,00
ICMS	24.000.000,00	3.600.000,00
IPVA	5.500.000,00	825.000,00
Sub-total(B)	55.305.000,00	8.295.750,00
C. Total (=A+B)	78.134.000,00	11.720.100,00

h



ARRECADAÇÃO DA RECEITA

Analisando as receitas a serem aplicadas em Ações de Serviços Públicos de Saúde (quadro abaixo), verificamos que o Município arrecadou no exercício de 2017, o valor de **R\$ 68.018.230,73**, relativo a Impostos Municipais e Transferências Constitucionais e desse valor, **R\$ 10.216.800,49** representa os 15% a ser aplicado nas Ações de Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

QUADRO DE RECEITA MUNICIPAIS		
GASTOS COM SAÚDE DEZEMBRO - 2017		
IMPOSTOS	RECEITA 100%	SAÚDE (15%)
A - Próprios		
IPTU	3.913.752,80	587.062,92
ITBI	1.653.664,34	248.049,65
IRRF	2.056.461,12	308.469,17
ISS	7.194.676,94	1.079.201,54
Juros e Multas s/Impostos acima	424.242,82	63.636,42
Dívida ativa de impostos	2.626.627,20	393.994,08
Rendimentos Aplicação		3,59
Sub-total (A)	17.869.425,22	2.680.417,37
B - Transferências		
FPM	22.631.804,05	3.394.770,61
ITR	535.761,20	80.364,18
IPI - Exp	338.021,54	50.703,23
Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir)	138.438,72	20.765,81
ICMS	22.359.264,74	3.353.889,71
IPVA	4.239.263,83	635.889,57
Sub-total(B)	50.242.554,08	7.536.383,11
DEDUÇÃO DA RECEITA	-93.748,57	
TOTAIS (A+B)	68.018.230,73	10.216.800,49
MÍNIMO A SER APLICADO COM SAÚDE		10.216.800,49

Fonte: Contadoria do Município/RVE TCE/RS



APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

GASTO COM SAÚDE - 2017	
APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM SAÚDE	
TOTAL DAS RECEITAS VINCULADAS	68.018.230,73
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM SAÚDE	10.216.800,49
TOTAL DA DESPESA LIQUIDADA	24.033.320,47
(-) DESPESA REALIZADA (RECURSOS VINCULADOS)	7.467.663,59
(=) VALOR APLICADA EM SAÚDE (RECURSO LIVRE)	16.565.656,88
PERCENTUAL APLICADO EM SAÚDE NO PERÍODO	24,35%

Analisando os gastos acima demonstrados, com Ações de Serviços Públicos em Saúde, constatamos que, tendo como base as despesas liquidadas no exercício de 2017, o Município aplicou, efetivamente, o montante de **R\$ 16.565.656,88**, o qual representa **24,35%** das receitas tributárias, compreendidas também as transferências constitucionais, atendendo assim o disposto constitucional.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Verificamos que o Poder Executivo constituiu Fundo Municipal de Saúde, conforme a Lei Municipal nº. 2679/93 cujos recursos aplicados em saúde são fiscalizados por este, conforme determinação legal.



PARECER

A movimentação orçamentária e financeira das despesas com ações e serviços públicos em saúde, relativas ao exercício econômico e financeiro de 2017, foi efetuado de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis, e outros procedimentos julgados necessários.

De acordo com os demonstrativos das despesas liquidadas, o Município realizou gastos computáveis como de aplicação dos recursos vinculados às ações e serviços públicos em saúde, no valor de **R\$ 16.565.656,88**. Montante que, confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de **24,35%** no exercício econômico e financeiro de 2017.

Em nossa opinião, os registros e documentos atinentes à aplicação de recursos em saúde, traduzem adequadamente a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador da Secretaria Municipal da Saúde, razão pela qual se emite **parecer pela regularidade** da gestão dos recursos vinculados a ações e serviços públicos em saúde.

É o relatório e parecer.

Santo Antônio da Patrulha- RS, 29 de janeiro de 2018.



Paulo Roberto da Luz Collar
Diretor da Unidade de Controle Interno